

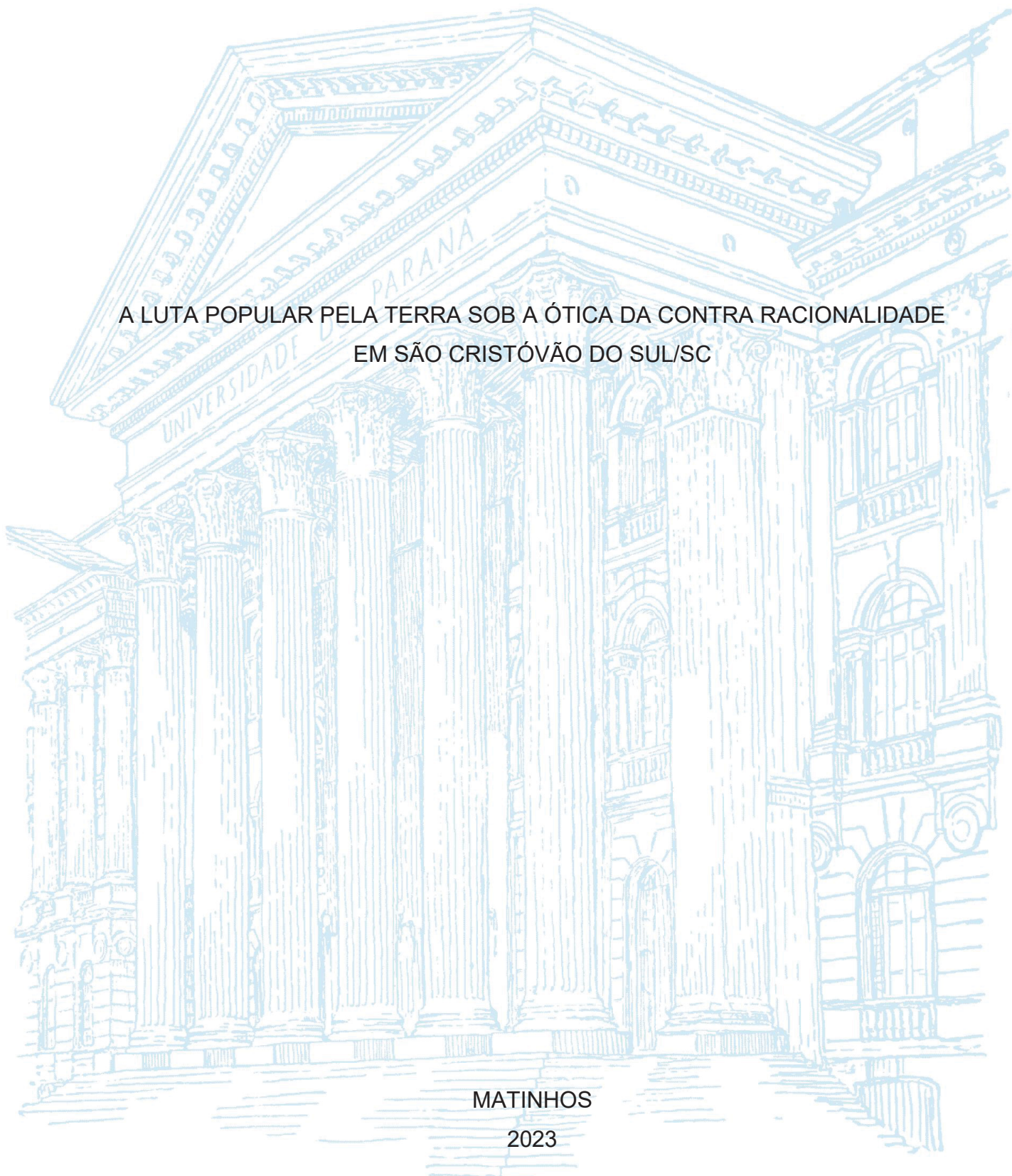
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MANOEL TIAGO ANTUNES

A LUTA POPULAR PELA TERRA SOB A ÓTICA DA CONTRA RACIONALIDADE  
EM SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

MATINHOS

2023



MANOEL TIAGO ANTUNES

A LUTA POPULAR PELA TERRA SOB A ÓTICA DA CONTRA RACIONALIDADE  
EM SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação no Campo e Realidade Brasileira pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Ma. Vanessa Fiorini

MATINHOS

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A  
REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS  
PENSADORES - 40001016329E1

## TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **MANOEL TIAGO ANTUNES**, intitulada: **A LUTA POPULAR PELA TERRA SOB A ÓTICA DA CONTRA RACIONALIDADE EM SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO**, com conceito **APL** no rito de defesa. A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.


MATINHOS, 01 de Dezembro de 2023.


VANESSA FIORINI  
Presidente da Banca Examinadora

ANDREIA APARECIDA DE GOIS LINS  
Avaliador Externo (ICTS)

ADALBERTO PENHA DE PAULA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado digitalmente  
 **ANDREIA APARECIDA DE GOIS LINS**  
Data: 28/12/2023 16:48:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 **VANESSA FIORINI**  
Data: 28/12/2023 11:10:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 **ADALBERTO PENHA DE PAULA**  
Data: 28/12/2023 10:53:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Endereço: Rua Jaguariaíva, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil  
CEP 83260-000

# **A CONTRA RACIONALIDADE DA LUTA PELA TERRA EM SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC**

Manoel Tiago Antunes

## **RESUMO**

Este trabalho pretende descrever o processo de organização popular que objetivou a conquista da terra na cidade de São Cristóvão do Sul/SC. Além disso, busca entender as contradições, dificuldades, desafios constantes e as expressões dessa dinâmica que configura um contra ponto para com a hegemonia da forma de agir e pensar imposta pela lógica capitalista de gerir o principal meio de produção, a terra. Para isso, trazemos análises teórico-críticas de grandes pensadores, principalmente as ideias do geógrafo Milton Santos, que cunhou o termo Contra Racionalidade.

Palavras-chave: Organização, Terra, Contra-Racionalidade.

## **ABSTRACT**

This work intends to describe the process of popular organization that aimed to conquer land in the city of São Cristóvão do Sul/SC, as well as to understand the contradictions, difficulties, constant challenges, and expressions of this dynamic that set up a counterpoint to the hegemony of way of acting and thinking imposed by the capitalist logic of managing the main means of production, the land, for that we bring theoretical-critical analysis of great thinkers, mainly the ideas of the geographer Milton Santos, who coined the term Against Rationality.

Keywords: Organization, Land, Against-Rationality.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho é fruto de vivências reais, profundas e transformadoras. Nele apresentaremos os processos de organização e luta protagonizada pelas famílias em busca da terra, bem como iremos expor uma linha do tempo dos acontecimentos. Essa linha busca entrelaçar as bases teóricas e que culminaram em perspectivas de respostas as dúvidas contidas em nossos objetivos e que servem de ponto de partida para que esta experiência tenha o poder de replicar ações de oposição ao status quo em torno do tema nos territórios.

Começamos com uma análise dos dados socioeconômicos do município que nos ajuda a entender o passado, o presente e vislumbrar um novo futuro. Depois, iremos contextualizar no tempo todas as ações que realizamos coletivamente 250 famílias de toda a região no município, mostrar a realidade atual dessas ações e qual a situação de regularidade dessas famílias nas terras que estão ocupando.

São Cristóvão do Sul, a “bússola do estado” como foi chamado na época da Guerra do Contestado devido a sua localização perfeitamente central em Santa Catarina, era local de parada e pouso para os tropeiros que faziam o caminho de São Paulo para o Rio Grande do Sul. No início do século XX foi povoado por caboclos, jagunços e imigrantes atraídos pela terra barata e madeira abundante, este último ponto sendo um elo com o passado, pois o extrativismo e beneficiamento de madeira tem sido a principal atividade econômica desde então. Uma pedra fundante e que persiste aos dias atuais, mantendo junto resquícios de uma dinâmica conservadora e concentradora de riqueza.

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL



FONTE: O autor (2023).

Os indicadores sociais específicos para análise de qualidade de vida e acesso a consumo, bens e serviços nos mostram panoramas preocupantes pela alta aparição de déficits de elementos indispensáveis para o exercício da cidadania; sendo fácil a verificação pela crescente demanda e notório “desfinanciamento” das políticas públicas de proteção social e combate à desigualdade que vivemos nos últimos anos.

De acordo com o IBGE, temos uma população predominantemente masculina e de meia idade acima. A médio-longo prazo, isso implica em comprometimento de mão de obra condizente com o esforço exigido pelos postos de trabalho braçal, que são empregados principalmente nos serviços florestais e

indústria pesada, ocasionando um choque com o novo modelo previdenciário, inclusive.

Não chegamos a 30% da população estando em ativa ocupação remunerada, e de todos os ativos economicamente, quase a metade tem renda per capita menor que 1/2 salário mínimo. Claramente vemos assim um potencial de força de trabalho represado, é possível perceber a disparidade na distribuição de renda, pois mais de 50% das famílias pertencem a “classe C”.

No campo educacional, percebe-se que a educação básica possui bons índices no IDEB. Porém, os dados mostram uma adesão maior e bem característica no ensino fundamental e caindo quase 75% se tratando do ensino médio e superior. Isso é intrinsecamente ligado a fatores de oportunidades no mercado de trabalho e até mesmo acadêmico.

Vale ressaltar que as gerações atuais em sua grande maioria estão, somente neste momento, rompendo com a dinâmica de vida de seus pais e antepassados no que tange a oportunidade de estudo e cultura de reconhecer a importância disso. O que solidifica essa afirmação é a triste porcentagem de que quase 73% dos adultos não concluíram o ensino fundamental e/ou são analfabetos, esses são os pais, tios e avós dos presentes nos bancos escolares de hoje.

A nossa economia ainda tem traços rudimentares. Existe considerável informalidade, atividades primárias sem valor agregado e até famílias que sazonalmente vivem de coleta de frutos silvestres e afins (pinhão, erva mate e etc.). O setor de maior empregabilidade é a indústria e comércio de produtos e serviços, tendo como protagonista uma quase monocultura que é o reflorestamento. Este leque fechado e massivamente explorado num único ponto é também responsável pela equação de que existe apenas um posto de trabalho para cada 3 trabalhadores, sem mencionar que o consumo médio por pessoa não chega a 1 salário mínimo.

Na maioria das demandas intermediadas entre a Assistência Social e o INSS podemos notar que se tratam de problemas de saúde oriundos de atividade laboral pesada e exaustiva, principalmente quando executada pelo gênero feminino. O modo e as opções de trabalho são em sua grande parte na condição de “diaristas” e causam impacto na saúde de vários pais e mães de família, trazendo em seguida o afloramento de outras dificuldades ao descobrir que não obtiveram a carência necessária para serem segurados pela Previdência.

Desta forma, existe no município um “limbo” de trabalhadores que conseguem sobreviver de seus braços somente enquanto lhes restar o mínimo de saúde, pois não possuem garantias trabalhistas e nem segurança familiar ou patrimonial de subsistência futura. Das cerca de 700 famílias cadastradas no CadÚnico do governo federal, vimos que 1.159 pessoas estão classificadas dentro da extrema pobreza e formam as 211 famílias em que a renda não chega até ¼ de salário mínimo.

É um contingente preocupante e escancara a urgência de políticas públicas direcionadas para este grupo. Entretanto, o protagonismo e independência necessária para estas famílias fica prejudicado pelo contexto engessado que o município demonstra em oportunizar trabalho e acolher diferentes perfis de trabalhadores na cadeia de produção. Outro fator que também contribui negativamente é o não interesse no desenvolvimento de atividades alocadas em ambientes que não são interessantes na ótica de lucratividade empresarial local, como as atividades da agricultura familiar, mas que para manutenção da vida e dignidade popular seriam bem vindas e atenuantes.

Conforme nos disse Marx:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1969).

Foi observando esse contexto mais de perto, desde meados de 2015 quando cheguei ao município após ter prestado um concurso, que o sentimento de revolta pela disparidade social encontrada me levou a lutar por uma alternativa para essa realidade tão triste.

Sempre tive afinidade com os movimentos sociais, devido à minha formação acadêmica em Serviço Social. A partir de 2017 passei a atuar de forma mais pontual e incisiva junto às famílias, fomentando a resistência nos territórios e contribuindo com eventos de mobilização. Também passei a atuar com o acesso às informações e compartilhamento de saberes em plenárias, rodas de conversa, ciclos de debates, audiências e reuniões com autoridades e órgãos públicos da administração municipal e estadual. Esse engajamento contribuiu para que naturalmente me

tornasse uma das lideranças e também interlocutor com estas famílias que lutavam pela conquista de sua tão sonhada terra.

Tais acontecimentos iniciaram após conhecer o Sr. Vilson Santin, renomado representante do movimento MST e intelectual orgânico reconhecido pela sua incansável práxis. Passamos a atuar de maneira estratégica com as lideranças até que a primeira ocupação ocorresse em outubro daquele que foi coincidentemente o centenário da revolução russa. No entanto, o cuidado durante todo o processo foi primordial. Não por medo, mas pelo fato de o movimento ainda ser mal visto por grande parte da sociedade, em sua maioria conservadora e que não escondia o seu repúdio, realizando ataques através de políticos, jornalistas e comerciantes. Podemos dizer que no município, a cada 10 pessoas 8 condenavam nossa atuação, chegamos a sofrer atentados e até ameaças de morte.

FIGURA 2 - MANOEL TIAGO ANTUNES E O SR. VILSON SANTIN EM TRABALHOS NO ASSENTAMENTO



FONTE: O autor (2023).

Todavia, quando temos amor à uma causa precisamos mostrar força e esperança, e foi exatamente isso que fizemos. Mantivemos uma rotina de desprendimento, em certos momentos até da família, com articulação entre os

serviços públicos e autoridades, tentando promover a aceitação sempre pelo viés da legalidade. Mostramos que não se tratavam de bandidos, mas sim de pessoas que desejavam o cumprimento das leis e que a sociedade precisaria olhar para elas de forma mais humana.

As correções do termo “invasão” deram trabalho, mas sempre que era possível se procedia com uma breve explicação que o correto nesse caso seria “ocupação”. Recorríamos ao entendimento jurídico para justificar a necessidade de fazer valer a função social da terra e enfatizar que a ocupação era pacífica e necessária para interpelar o estado a fazer cumprir esse direito e, assim, promover a cidadania, conforme a CF/88 nos artigos a seguir:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - Aproveitamento racional e adequado;

II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Aos poucos, fomos obtendo alguns apoios. Como disse Paulo Freire, a nossa esperança de dias melhores tornou-se não a esperança de esperar, mas sim a de esperar, que indica ação e movimento na direção de construir o cenário desejado. Através de esforços conjuntos, pudemos iniciar o processo de construção de uma nova perspectiva não só para essas famílias, mas também para a realidade municipal.

A partir de agora, começaremos a explorar a realidade municipal através dos eventos ocorridos de lá pra cá, que partiram de mobilização própria após a valente decisão de unir esforços para a conquista da terra para estas famílias. Esse fato representa um enfrentamento prático das desigualdades e a promoção de uma espécie de reparação histórica desse povo tão sofrido, bem como todas as adaptações que precisaram ser realizadas neste caminhar. Entre essas adaptações, fizemos a substituição tática do nome “Acampamento/Assentamento” para “Vila Agrícola” e a execução do projeto através de emendas parlamentares, além das circunstâncias adversas que ainda permeiam nossa realidade até o presente momento.

Diante do exposto até aqui, ainda cabe ressaltar os motivos que levaram a escolha do tema bem como o desenvolvimento deste artigo. A motivação veio pela relação existente entre tal demanda e os processos de educação, trabalho de base, organização e mazelas sociais que permeiam a nossa circunstância territorial, bem como a desigualdade social que traz consigo a justificativa e também a importância

da efetivação de ações que promovam uma reforma agrária para favorecer os desamparados, esquecidos e deixados de lado pela grande elite. Segundo Milton Santos (2001), é a racionalidade de uma ação hegemônica que acaba por arrastar mais ações.

Os pobres, isto é, aqueles que são o objeto da dívida social, foram já incluídos e, depois, marginalizados, e acabam por ser o que hoje são, isto é, excluídos. Esta exclusão atual, com a produção de dívidas sociais, obedece a um processo racional, uma racionalidade sem razão, mas que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações. Os excluídos são o fruto dessa racionalidade. Por aí se vê que a questão capital é o entendimento do nosso tempo, sem o qual será impossível construir o discurso da liberação. Este, desde que seja simples e veraz, poderá ser a base intelectual da política. E isso é central no mundo de hoje, um mundo no qual nada de importante se faz sem discurso (SANTOS, 2001).

Tendo isso em mente, sentimos um grande número de famílias que ficam represadas sem entrar na luta pelos seus direitos. Essa “racionalidade hegemônica”, acima citada, com certeza ajuda a explicar os reais motivos que impedem uma maior adesão à luta por direitos sociais na região. Na era da tecnologia e redes sociais o julgamento também se torna instantâneo e a escassez de convicção e consciência de classe impossibilitam e envergonham muitos de somarem-se as fileiras dos movimentos sociais e suas ações mais diretas. Desta maneira, através da vivência junto aos movimentos sociais, bem como pesquisa bibliográfica, procuramos mais respostas para esta, e tantas outras perguntas.

Contudo, esse trabalho objetivou além do já exposto, os seguintes objetivos específicos. Servir de exemplo real e motivador para que outras empreitadas pela emancipação e cidadania real sejam iniciadas nos mais diversos territórios deste país, explicitando um contra-ponto, ou seja, uma contra-racionalidade conforme a concepção de Milton Santos. O que não faltam são condições desiguais e injustas que precisam ser modificadas pelas forças populares e privadas de acesso ao bem universal da terra. Segundo Oxfam (2016), quanto menor a concentração de terra, melhores são os indicadores sociais.

Para reduzir as desigualdades no campo, é preciso:

1. Reformar urgentemente o acesso à terra;
2. Instituir políticas para reconhecimento e garantia dos direitos da mulher no meio rural;

3. Proteger povos indígenas, quilombolas e outras comunidades e povos tradicionais;

4. Facilitar o acesso da agricultura familiar ao crédito agrícola e distribuí-lo de maneira mais equitativa.

Stédile (2023) reforça que se fosse fazer uma reforma agrária com as grandes propriedades improdutivas, poderíamos assentar 12 milhões de famílias e somos em torno de 4 milhões de sem-terra, ou seja, faltaria sem-terra no Brasil.

## **2 UM HORIZONTE SE ABRE**

Ao passo que as primeiras conversas nos bairros foram acontecendo, notou-se que as famílias em sua totalidade estão emergidas nas problemáticas acima mencionadas. Entretanto, existe um elo em comum, o fato de todos terem raízes de antepassados que viviam da terra. Até mesmo os contemporâneos em sua infância e adolescência eram do campo e sob uma dinâmica que lhes traz emoções positivas, apesar das nada saudosas dificuldades.

Antes de seguirmos é importante entender o conceito de território de Milton Santos, pois esse conceito enfatiza o sentido não apenas de um lugar de uso e exploração, mas como espaço de abrigo e sobrevivência. Segundo Milton Santos o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí.

De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2012, p. 138).

Santos (2002, p. 84) ainda conclui que o território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando, também, à fusão entre o local, o global invasor e o nacional sem defesa (no caso do Brasil).

FIGURA 3 - MANOEL TIAGO ANTUNES EM AÇÃO COM A COMUNIDADE DE INTERESSE.



FONTE: O autor (2023)

Analisando as desigualdades sociais encontradas sob a perspectiva da concentração de terras no Brasil, identificamos que grande parte delas está sob o domínio de poucos, denominados grandes latifundiários. Esse é um problema considerado histórico e que afeta profundamente a sociedade desde os tempos do Brasil colônia. Tais desigualdades são responsáveis por contribuírem para o aumento da pobreza e a exclusão social em nosso país.

Voltando ao nosso processo de colonização, identificamos uma das raízes do grande problema que enfrentamos nos dias atuais. Na época, as terras brasileiras foram divididas em 15 capitanias hereditárias que foram distribuídas para capitães donatários, estes, membros da elite portuguesa, que agora passam a compor a denominada elite agrária. Desde este momento, não é difícil compreender que esse princípio de fatiamento excludente é um dos grandes responsáveis por deixar os trabalhadores rurais sem acesso à terra.

Quando olhamos um pouco mais adiante, durante o triste período da escravidão, percebemos uma intensificação desse processo. Nesse momento, os grandes latifundiários iniciaram suas apropriações de grandes extensões de terras para a produção de monoculturas, as quais se tornaram conhecidas na história sob a denominação plantations. Logo após a abolição da escravatura, várias medidas impediram que os negros pudessem ter o mínimo de acesso ao elementar. Neste contexto surge a lei de terras e outras ações que cercearam a população recém “liberta” de poder ter uma autonomia real.

Todavia, isso não ficou restrito ao período colonial. Tornou-se uma herança patrimonial que se estende por gerações e permeou nossa história nacional, à

exemplo a situação da região denominada “Contestado”. Ao final do século XIX, houve um aumento na construção de estradas de ferro no Brasil devido a necessidade do escoamento da produção agrária para a exportação e principalmente a preocupação em levar o “progresso” para áreas mais remotas e sujeitas a disputa de posse com países vizinhos.

Em Santa Catarina, na região que nosso município faz parte, terras foram doadas para a empresa Brazil Railway Company, o que ocasionou na desapropriação de comunidades que viviam nessas regiões. Além de perderem o acesso à terra, as comunidades também perderam outra fonte de renda que era o trabalho na construção da estrada de ferro, logo após a sua inauguração.

Devido à existência de líderes religiosos denominados messiânicos, a população foi encorajada a lutar por seus direitos e um levante foi iniciado a fim de contestar as decisões da época e recuperar a vida perdida naqueles territórios. O que se seguiu, foi um confronto violento e sanguinário, onde milhares de camponeses foram reprimidos e derrotados até 1916.

Percebemos então, que não é de hoje que os mais vulneráveis são deixados de lado nessa sociedade desigual, não sendo ouvidos, e nem tendo seu simples desejo de ter o mínimo de dignidade possível ser atendido. Nos registros da época, podemos ler o testemunho de um lúcido oficial do exército, Mattos Costa. Ele defendia uma solução pacífica e morreu em combate, em 1914. Deixou registrado em relatos militares sua concepção da guerra:

“A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito”.

FIGURA 4 - FOTO ILUSTRATIVA DA GUERRA DO CONTESTADO



FONTE: Google Imagens (2023).

Atualmente, a concentração de terras no Brasil é ainda mais acentuada. De acordo também com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1% dos proprietários rurais possuem cerca de 45% das terras agricultáveis do país. Tal concentração de terras gera um impacto negativo tanto para a economia quanto para a sociedade e o meio ambiente, haja vista que apenas nos tornamos um grande exportador de commodities e os antigos plantations apenas foram atualizados. O açúcar foi substituído pela produção de milho, em sua maioria transgênico, e pela soja, onde grandes quantidades de agrotóxicos que poluem o meio ambiente e nossos recursos naturais são usados, bem como o uso de máquinas pesadas utilizadas para plantio e colheita reduzindo ainda mais a mão de obra.

Todos esses fatores contribuem para a pobreza e a exclusão social. Muitos trabalhadores rurais ficam sem acesso à terra e são obrigados a vender sua força de trabalho como empregados em grandes latifúndios. Muitos também precisam migrar para as cidades em busca de trabalho e acabarem por ser explorados em grandes indústrias ou, como é o caso da nossa região, na extração de madeira.

Essa situação gera um ciclo de pobreza e exclusão social que afeta milhares de pessoas todos os dias. Famílias são obrigadas a se instalarem de forma precária nas periferias onde o custo de moradia é reduzido, gerando assim muitas consequências negativas como a alta concentração de residências em locais

inadequados. Não é raro vemos na televisão os deslizamentos de terras que atingem essas pessoas que estão lá não por escolha, mas por ter sido a única saída para exercerem o direito de morar com suas famílias.

Como já exposto anteriormente, os grandes latifundiários utilizam técnicas de produção em grande escala, as quais acabam por causar a degradação do solo e a contaminação dos recursos hídricos. Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos tem impactos negativos na biodiversidade e na saúde das populações locais. Como exemplifica Santos (2001), uma agricultura científica globalizada, com uma grande demanda de bens científicos e assistência técnica.

Podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, como vimos, é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma "informação" indispensável. Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se um importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização (SANTOS, 2001).

A escolha por políticas públicas para quem mais precisa propiciará a retomada mais breve e exitosa do bem-estar social. Além disso, iniciará o processo popular de transformação à fuga destes tempos obscuros e complexos que presenciamos, pois do mesmo jeito que há uma confusão nos termos invasão/ocupação também existe sobre o conceito do "Agronegócio", que erroneamente é visto como majoritariamente benéfico e que traduziria tudo que é do campo. Pelo contrário, a força produtiva do campo que gera a produção alimentar de nossas mesas vem de outro espectro, que é a agricultura familiar, aquela que diferente do agronegócio não é marcada pela alta mecanização, monocultura, alta carga de agrotóxico, objetivo exportador e cada vez menos emprego de

trabalhadores. Portanto, devemos aprimorar práticas de pensamento crítico e assim superar essa lógica. Conforme Santos (2001), por meio da regulação, a compartimentação dos territórios, na escala nacional e internacional, permite que sejam neutralizadas as diferenças e mesmo as oposições sejam pacificadas, mediante um processo político que se renova, adaptando-se às realidades emergentes para também renovar, desse modo, a solidariedade.

Diante desse emaranhado de situações que nos assolam todos os dias, resolvemos atuar e fortalecer, mesmo num nível micro, as ações que tiveram como objetivo a criação de novos mundos e possibilidades para as famílias em situação de vulnerabilidade. Famílias as quais num passado não tão distante tiveram seu vínculo com a terra rompido, sendo expulsas de suas terras pelas forças políticas e econômicas da época (coronéis, empresas estrangeiras, governos, e toda espécie de forças civis e militares sob controle destes). Essas ações foram ocasionadas pela ganância do capital em acumular terras e efetivar o corte e exploração das matas nativas e o cultivo de “florestas americanas”, desertos verdes, grandes latifúndios muitas vezes tomados em trâmites obscuros.

De acordo com Santos (2001), o reino da necessidade existe para todos, com formas diferentes, simplificados em duas situações: os "possuidores", e os "não possuidores". Seguindo essa lógica, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, é um movimento de caráter social que luta pela reforma agrária e pela justiça social no campo. Muito antes da sua fundação, em 1984, o MST já vem atuando como um agente importante na conquista de terras para trabalhadores rurais que estão à deriva da sociedade.

O MST vem atuando principalmente na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo a esses “não possuidores” os direitos básicos assegurados pela constituição. Isso acontece após o processo de assentamento, visto que na maioria dos casos, as áreas desapropriadas não apresentam benfeitorias e estrutura adequada para moradia e desenvolvimento de atividades ligadas a terra.

O contexto de surgimento do MST remonta à uma intensa luta pela democratização de nosso país e pela efetivação da garantia dos direitos dos trabalhadores. Na década de 1980, vivíamos sob uma ditadura militar a qual reprimia qualquer forma de organização popular. Nesse contexto, os trabalhadores rurais sem terra eram frequentemente expulsos de suas terras e não tinham acesso às

políticas públicas citadas anteriormente. Também não podemos deixar de citar os inúmeros casos de violência contra estas pessoas, várias vidas camponesas foram e são ceifadas nesse processo, exemplos são vários, mas podemos lembrar o acontecido em Eldorado dos Carajás, no Pará em 1996, onde 19 pessoas foram mortas e dezenas feridas e aleijadas ao participarem de uma marcha na rodovia.

No entanto, foi através de ocupações de terras improdutivas que o MST conseguiu chamar a atenção da sociedade para a questão da reforma agrária e da desigualdade no campo. Além disso, o movimento vem sendo um importante agente na promoção da educação e da cultura no campo, através de escolas rurais e também dos centros de formação de nível técnico e parcerias no ensino superior.

FIGURA 5 - GRUPO DO MST NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL



FONTE: O autor (2023).

Quando pensamos nos argumentos utilizados pelo movimento, identificamos que eles são baseados no princípio de que a terra deve cumprir sua função social, ou seja, deve ser utilizada para produzir alimentos e garantir a subsistência dos trabalhadores rurais. Além disso, também é defendida a necessidade de uma reforma agrária que garanta o acesso à terra para todos os trabalhadores rurais sem-terra, onde a luta não é apenas a conquista de uma porção de terras, mas sim, uma forma de alcançar uma justiça social e também proporcionar, ainda que modestamente, a construção de uma sociedade mais igualitária.

Por outro lado, apesar das grandes conquistas, ainda é perceptível que há uma guerra de narrativas associadas ao movimento, principalmente nos últimos

quatro anos, onde o governo federal, na figura de seu líder máximo realizou uma campanha de completa demonização a respeito do movimento. Fato este que levou um grande número de brasileiros ao desconhecimento das verdadeiras motivações que regem o MST, e que acabou por renovar uma realidade pautada em situações de repúdio e preconceito por parte da sociedade.

Em contrapartida, como já exposto acima, pudemos celebrar algumas importantes vitórias das famílias envolvidas, as quais se organizam em estruturas participativas e democráticas que possibilitam a discussão sobre as diferentes necessidades. Essas estruturas também proporcionam lugar de fala à jovens, homens e mulheres, e através disso levando a conquistar o seu tão sonhado espaço e junto com ele a possibilidade de desenvolverem os seus ofícios de maneira digna.

Diante desse contexto, na iminente necessidade de buscar saídas eficientes e sólidas para a crise econômica, social e humana que vivemos em nosso município e assim combater os fantasmas reais do desemprego, informalidade, vulnerabilidade social, déficit de renda/moradia e o próprio desalento que vem crescendo nos últimos anos, o consenso ético e de viés inclusivo é que sejam incentivadas as atitudes pautadas pela legalidade mas que não deixem de também conter coragem de inovar e arrojo em construir novas oportunidades aos setores e grupos mais fragilizados. A dinâmica atual precisa ser tensionada e as correções das injustiças históricas devem ser buscadas como missão de vida.

FIGURA 6 - A AGRICULTURA FAMILIAR EM FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO.



FONTE: O autor (2023).

### 3 A FÁBULA

Nessa altura fica muito claro a aplicação do raciocínio de Milton Santos (2001): “A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema”. Ele explica a voracidade com que a organização popular foi atacada nas redes sociais e também nos espaços físicos, por segmentos da pequena burguesia local e alguns ironicamente oriundos da classe trabalhadora, até braçal, o que dá a dimensão da coerção e confusão aplicada nas relações de trabalho e vida em nosso tempo.

Utilizando essa referência da fábula, é nítido uma busca de hegemonia do pensamento em torno da questão agrária brasileira, onde se tem de forma equivocada o culto do “Agronegócio” como sendo o salvador na economia. Associado à forma capitalista de gestão, estaria também responsável pela providência de alimentos em nossa mesa, sendo difícil encontrar quem entenda o conceito como ele realmente é, ou seja, concentração de renda, grandes latifúndios, mecanização, uso de agrotóxicos, exportador de commodities e em muitos casos utilizador de trabalho escravo como enfatizamos anteriormente.

Logo, nunca é demais dizer que quem coloca comida na mesa desse país, gera emprego, dignidade e muita receita também é a agricultura familiar camponesa, a qual vive sucateada, sem financiamento adequado e é constantemente ameaçada pelo avanço das grandes áreas mecanizadas do agro. Alguns nem ao menos isso tem o luxo de enfrentar, pois estão numa condição ainda pior, são os desvalidos de tudo, os renegados, os sem-terra, amplamente demonizados e acusados de serem criminosos perigosos.

De certa forma, essa falta de investimentos poderia ser equiparada a lógica esquizofrênica a que Santos (2001, p.114) se refere quando diz que os territórios de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Tudo isso faz parte da fábula construída em torno da ideia de sedimentar como sendo o melhor caminho possível este que está sendo trilhado pelo capital. A lógica da mais valia, da propriedade privada da terra, da exclusão de contingentes de camponeses,

ribeirinhos, indígenas e quilombolas, que representam um entrave ao desenvolvimento almejado.

Segundo esses preceitos difundidos, o projeto em curso seria o responsável por proporcionar inúmeras vantagens, e de igual maneira, capaz de reduzir a desigualdade e a pobreza entre outras mazelas. Quase como uma questão de fé, pois precisa que nele acredite, que desenvolva a mentalidade certa, empreendedora e atentas com as oportunidades do mercado. Diariamente é veiculado nas mídias e nas redes sociais propaganda deste mundo maravilhoso pelo viés capitalista, os estímulos são sutis e mentais e colaboram para que inconscientemente rumemos nossos pensamentos para acreditar nessa forma de produzir, de viver e principalmente de competir uns contra os outros, enquanto nossos adversários reais lucram e exponencialmente adquirem lucros com tudo isso.

#### **4 A REALIDADE**

Com a chegada do movimento social MST, em meados de outubro de 2017, no município um divisor de águas se estabeleceu no que tange a capacidade de organização e luta popular. As famílias que até então buscavam conquistar seu espaço se organizaram de acordo com a estrutura democrática e participativa do movimento, e após isso, realizaram a ocupação de um latifúndio próximo ao município, o qual estava em situação irregular.

Durante o tempo que ali estiveram, passaram por duas reintegrações de posse. Por meio dos esforços de uma representante do administrativo municipal da época, a qual era uma grande entusiasta da causa, uma realocação temporária em um terreno público foi realizada para assim não ocorrer uma desmobilização de cerca de 250 famílias que estavam acampadas.

Segundo Santos (2001), a luta pela terra é uma forma de resistência dos grupos marginalizados que não têm acesso aos recursos naturais e à terra. No entanto, essa luta muitas vezes é feita de forma desorganizada e sem planejamento, o que leva à violência e à degradação do meio ambiente. Fato este que não era nossa pretensão, sendo assim, nos levou a trabalhar em cima de um projeto que fosse de encontro à realidade vivenciada e que pudesse suprir as demandas locais. Neste período transitório, empreendemos a captação de recursos para a eventual aquisição de um terreno pela prefeitura municipal.

Dado o contexto político, primeiramente sob o governo Temer e logo após por Bolsonaro, não havia perspectiva de conquistar algo pelo INCRA com dinheiro público federal. Por este motivo, exploramos outras possibilidades e encontramos uma que poderia ser adquirido um terreno com recursos de emendas parlamentares. Por ser uma experiência pontual e em momento peculiar contrariou-se pelo menos nessa ocasião aquilo que exemplifica Santos (2001, p.75):

Não se trata, pois, de deixar aos níveis inferiores de governo — municípios, estados — a busca de políticas compensatórias para aliviar as consequências da pobreza, enquanto, ao nível federal, as ações mais dinâmicas estão orientadas cada vez mais para a produção de pobreza. O desejável seria que, a partir de uma visão de conjunto, houvesse redistribuição dos poderes e de recursos entre diversas esferas político-administrativas do poder assim como uma redistribuição das prerrogativas e tarefas entre as diversas escalas territoriais, até mesmo com a reformulação da federação (SANTOS, 2001, p.75).

Foi um trabalho que demandou a elaboração de projetos, relatórios situacionais, estudos de impactos sociais e viabilidade econômica da implantação de um assentamento. Fundamentamos muito bem, e começamos a buscar pessoas que estariam dispostas a contribuir. Neste momento, momentaneamente sem citar o MST, deixando de chamar a área de assentamento e começando a falar em uma vila agrícola, e tendo o município como a frente disso, conseguimos apoio de parlamentares da direita que historicamente eram contra a reforma agrária. Esse apoio veio devido a essa roupagem que fizemos, uma decisão assertiva que nos levou a incrementar um valor suficiente para adquirir uma área de terras. Isso nos convenceu de que é possível acreditar em uma outra globalização e em um outro mundo (Santos, p. 125).

No entanto, nos deparamos com outro desafio. Haja vista que estávamos próximo do final do ano e não tínhamos tempo hábil para pesquisar uma área adequada que fosse em condições melhores, e acabamos tendo que comprar o que surgiu na época. Uma área muito boa, mas pequena. Mudamos novamente a estratégia de trabalho, pois as famílias estavam esperando mais terras para trabalharem e acabaram tendo que se adaptar com menos de 1 hectare de terra. Isso trouxe outra dificuldade, neste caso interna, que foi provar que a terra conquistada, apesar de pequena, poderia ser muito boa e produtiva desde que

potencializasse a produção através de um cultivo protegido por estufa com foco em hortaliças, o que agregaria mais valor.

Contudo, isto demandaria novas ações, como por exemplo, o recurso para estruturar tal empreendimento. Já havia sido difícil o recurso para compra da terra, imagina para equipar a área com encanamento de água, energia elétrica, estufas, barracões, mini tratores e tudo o que se fizesse necessário para trabalhar em um projeto dessa conjuntura. Foi então que recebemos suporte de deputados do PT, representantes da ALESC (Assembleia Legislativa de Santa Catarina), que nos auxiliaram a convencer o governador da época a bancar o projeto de estruturação da vila agrícola. Sendo que no ano de 2021, foram destinados 2 milhões e 81 mil para realizar tal estruturação.

Alguns entraves ocorreram. As licitações não andaram, houve a troca do governo e como ainda não tínhamos recebido nenhuma parcela de tal recurso, ele infelizmente foi suspenso e sem previsão de reativação e destinação à sua finalidade.

Permanecemos trabalhando para que este importante valor chegue a nós para que enfim possamos dar início o quanto antes ao projeto, possibilitando às famílias iniciarem a produção da maneira que imaginamos. Percebe-se que a situação enfrentada pelas famílias ainda é de improviso, porém estão bem melhores do que em 2017. A garantia da permanência na terra eles possuem, até de forma notória devido a luta empenhada, não correm risco de despejo e é apenas uma questão de tempo para organizarem as coisas da melhor forma possível. Em conjunto com o município em 2020, redigimos o termo de uso da vila agrícola e também o decreto de desapropriação e destinação a este fim. Ainda aguardamos a emissão das cessões de uso da terra que é pública.

FIGURA 7 - "FILHOS DO CONTESTADO", INTEGRANTES DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO EM QUESTÃO.



FONTE: O autor (2022).

Desta maneira, seguimos mantendo sempre a resiliência que é característica do assentamento “Filhos do Contestado”. Nome pelo qual foi batizado como forma de homenagem aos seus antepassados, lembrando sempre que não é fácil, mas o desafio é não se abalar e continuar trabalhando, fazendo reuniões, seminários, dialogando sempre com as pessoas. Nas palavras de Milton Santos, nada nasce grande, o que nasce grande tende a se dispersar, as coisas que se tornaram grandes nasceram pequenas e tiveram a capacidade de se universalizar.

Além disso, a presença do MST trouxe uma nova perspectiva para a cidade, que antes se mantinha presa somente à atividade de extração de madeira. Através desse projeto, a agricultura familiar camponesa pode sim ser uma alternativa viável para a geração de renda e desenvolvimento econômico, além de promover a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a luta pela Reforma Agrária ainda é uma batalha árdua e constante. Nesse processo muitas famílias não conseguiram se manter na luta por questões do arrocho das condições de manutenção no acampamento e depois de limitações do espaço conquistado. Na conjuntura atual sempre as conquistas são muito inferiores ao necessário para contemplar as necessidades desta parcela da população que anseia pela terra.

A resistência por parte dos grandes latifundiários e do agronegócio é forte, e a criminalização dos movimentos sociais é uma realidade presente que se materializa ironicamente pela classe média e segmentos da população pobre. Ambas as classes que seriam as maiores beneficiadas com uma política séria de distribuição de terras no país, pois há pouco sem-terra pra tanta terra e as fileiras da luta pelo pedaço de chão poderiam estar bem mais cheias de cidadãos dispostos a reivindicar seu direito.

Todavia, são as incoerências e contradições que toda a sociedade esteve, está e estará submetida, fruto dessa disputa pela hegemonia do poder que circula culturalmente falando pelas instituições públicas e privadas, pelo interior do estado burguês nos seus 3 poderes, pela imprensa e assim por diante. Indiferente a isso, as famílias do MST seguem firmes em sua luta, organizando-se e resistindo para conquistar seu espaço e seus direitos.

FIGURA 8 - FOTO AÉREA DO ASSENTAMENTO "FILHOS DO CONTESTADO"



FONTE: O autor (2023).

Por outro lado, sabemos que é preciso, que a sociedade como um todo se una em prol da Reforma Agrária e da valorização da agricultura familiar camponesa, bem como é necessário que as políticas públicas sejam direcionadas para aqueles que mais precisam, e que a justiça social seja uma realidade concreta em nosso país, somente assim poderemos construir um futuro mais justo e igualitário para todos. Isso é construção e está em nossas mãos, mas também na mão de quem pensa diferente a disputa das ferramentas pra isso, o contra ponto, a contra

racionalidade e a contra cultura são armas nessa caminhada.

Com efeito, o trabalho de base é fundamental para a construção de uma sociedade que, parafraseando Che Guevara, começa pela audácia de sonhar e ser livre de espírito e de lutar para ser livre também na vida.

Esse envolvimento orgânico como Freire nos alerta, permite que as pessoas se empoderem e se organizem pela troca de saberes, ensinando e aprendendo, construindo vivências e laços para lutar por seus direitos e interesses, além de promover a conscientização crítica sobre as estruturas sociais e políticas que as afetam.

No caso específico do assentamento Filhos do Contestado, vemos como esse trabalho foi essencial para a conquista da terra e para a melhoria das condições de vida das 27 famílias ali assentadas. Apesar de ainda viverem com seus direitos violados por não terem acesso à energia elétrica, água encanada, créditos e fomentos, elas têm no horizonte isso como uma questão de tempo para resolver. Nessa atual conjuntura não mais SE vão obter tudo isso, mas sim QUANDO.

Contudo, é preciso valorizar e fortalecer cada vez mais esse tipo de iniciativa, que tem o potencial de transformar a realidade de muitas comunidades em todo o país, este artigo tem essa missão.

## REFERÊNCIAS

MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte”. Rio de Janeiro, **Editora Paz e Terra**, 1969.

MORAES, Isabela. “**MST: Você entende o que é esse movimento?**” **Politize!** Disponível em: <https://www.politize.com.br/mst-voce-entende-o-que-e-esse-movimento/>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

SANTOS, Milton. “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”. Rio de Janeiro, **Record**, 2001.

ANDIFES. Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 17 de junho de 2023.

Há 100 Anos, O Fim da Sangrenta Guerra do Contestado, 2016, Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado/357515153>. Acesso em: 17 de junho de 2023.